

14º Exame de Ordem - 2ª fase - 2000

Direito Civil

1. Temístocles, induzido por promessas de rentabilidades elevadas, entregou, ao longo de três meses R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a Ronilson, o qual, apregoando-se a qualidade de gestor de recursos e analista financeiro, jamais forneceu qualquer satisfação do dinheiro recebido, passando a não mais atender, sequer, às ligações telefônicas de Temístocles. Você, como advogado, é procurado pelo investidor, que pretende explicações acerca do dinheiro investido e o resultado dos investimentos. . Redija a peça processual cabível.

Advogado: ORLANDO GOMES

OAB: 1.000

End: Ed. do FORUM do Rio de Janeiro

Responda as questões seguintes no máximo em 15 (quinze) linhas.

2. Em uma dada noite, Pedro, zeloso pai de família, empresta o seu veículo ao seu filho João, de 21 anos, igualmente prudente e que jamais se envolveu em acidentes de trânsito. João, sozinho, dirigindo o veículo, involuntariamente, atropela um transeunte. O transeunte, tão logo recebe alta do hospital, ingressa com uma ação de indenização em face de Pedro, alegando que este, como proprietário do veículo, responde pela sua guarda. Assiste razão ao transeunte? Pedro pode ser responsabilizado civilmente pelo acidente?

Responda fundamentadamente.

3. Conceitue e diferencie boa-fé objetiva e boa-fé subjetiva, dando exemplos de cada uma delas.

4. Estabeleça a distinção entre princípios jurídicos, cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados. Dê exemplos de cada um desses conceitos.

5. Uma determinada pessoa, desejando promover a defesa dos animais silvestres, doa uma casa a uma instituição sem fins lucrativos de defesa dos animais silvestres, com a obrigação de que ali fosse instalado um abrigo para estes animais, no prazo máximo de três anos. Após quatro anos o doador verificou que a obrigação não foi cumprida e ele pretende agora vender a casa. Poderá o doador reaver o imóvel? Por que?

Responda fundamentadamente.

6. Em ato cirúrgico realizado por equipe médica de determinado hospital, que transcorreu com pleno êxito, ao final da mesma é constatado sério incidente com anestesia, não logrando o anestesilogista trazer a paciente à normalidade e lucidez com danos irreversíveis a mesma. Pergunta-se a quem é possível imputar a responsabilidade pelos referidos danos.

Fundamente a resposta.

Direito Penal

1. O representante do Ministério Público oferece denúncia contra Pedro Di Neto, imputando-lhe a prática do delito descrito no artigo 121, *caput*, do Código Penal. Após o decorrer do trâmite procedimental, referente ao juízo da acusação, o Juiz - acolhendo o pedido contido na denúncia - pronuncia o imputado pelo crime nela descrito.

Posteriormente, o Conselho de Sentença do 2º Tribunal do Júri acolhe a tese acusatória, reconhecendo a prova da existência do delito e sua autoria, sendo, por conseguinte, o imputado condenado à pena de sete anos de reclusão.

Se, por um lado, o procedimento legal foi devidamente observado, por outro, no âmbito probatório, as testemunhas ouvidas em juízo nada disseram que pudesse indicar ter sido o imputado o autor do delito em questão.

Em face do acima exposto, redija o recurso cabível, apresentando suas razões em defesa do imputado.

Advogado: ANTONIO EVARISTO DE MORAES

OAB 1.000

End: Ed. do FORUM do Rio de Janeiro

2. Paulo, auxiliado por Pedro, após séria discussão, utilizando um chicote, empregam violência contra Plínio e, depois, deixam-no nu perante várias pessoas. Em razão das lesões sofridas, Plínio ficou internado por mais de 30 dias. Examinar a situação jurídico-penal de Paulo e Pedro.

3. Necessitando de urgente atendimento. médico, Walter foi internado na Clínica Boa Cura, ficando sob os cuidados dos Drs. Rubião e Rubens. Já recuperado, os médicos retiveram, sem necessidade, por alguns dias, o paciente Walter, a fim de receberem seus honorários. Os Drs. Rubião e Rubens cometeram ilicitude penal? Qual?

4. Antonio tinha por hábito guardar dinheiro no cofre de sua residência. Certa feita, seu filho José, em companhia do amigo João, dependentes de drogas, resolvem violar o cofre de Antonio, dele retirando substancial quantia para a aquisição de entorpecentes. Examinar a situação penal de José e de João.

5. Félix, que exercia o cargo de Tesoureiro do Sindicato dos Motoristas Autônomos do Rio de Janeiro, atravessando sérias dificuldades financeiras, com vários empréstimos vencidos em estabelecimentos bancários, apropriou-se de elevada quantia que estava sob sua guarda e que pertencia à entidade sindical. Qual o crime cometido por Félix?

6. "A" é viciado em drogas e está desesperado, necessitando, urgentemente, de uma dose. Por essa razão, procura "B" e lhe pede um dinheiro emprestado, já que se encontra sem nenhum centavo. "B" empresta-lhe dinheiro, mas, como garantia, exige de "A" um cheque, que sabe sem provisão de fundos. A conduta acima revela crime? De quem? Qual?

Direito Trabalhista

1. José P. da Silva Concado teve sua reclamação trabalhista movida perante à Vara do Trabalho de Tuiuti, do Município de Conrado, Estado do Rio de Janeiro, contra SC de Cunha Ltda, julgada improcedente, porque segundo diz a sentença, o reclamante não fez prova do alegado.

A sentença condenou o ex-empregado ao pagamento das custas, no valor de R\$ 100,00, honorários periciais, estes no importe de R\$ 1.200,00 e

honorários de advogado, da parte contrária, no percentual de 15% sobre o valor dado à causa, esta no importe de R\$ 10.000,00.

Diz a sentença que o ex-empregado não conseguiu provar que tenha prestado horas extraordinárias, durante o período do contrato de trabalho, pois as testemunhas não afirmaram, com precisão, o serviço extra; que a prova documental nesse particular é imprestável, daí a improcedência do pedido.

Por outro lado, a prova pericial feita no sentido de provar a equiparação salarial com o modelo que aponta, José Aparecido Conceição, não mostrou que operasse o Autor com a mesma perfeição técnica e mesma produtividade do modelo, resultando daí, também, nesse item, o inacolhimento do pedido.

Determina expressamente a sentença que, na hipótese de recurso, deverá o autor recolher as custas processuais, depositar os honorários periciais e sucumbenciais, sob pena de inadmissão do apelo.

Dada essa circunstância, preparar o recurso cabível, através do advogado Roberto Eugenio Haddock Lobo, indicando os dispositivos legais, consolidados e processuais pertinentes.

Advogado: ROBERTO EUGENIO HADDOCK LOBO

OAB 1.000

End.: Ed. do FORUM do Rio de Janeiro

Responda as questões seguintes no máximo em 10 (dez) linhas.

2. O Presidente de associação de classe, empregado da empresa CA Carlos Silva Ltda., vem, de forma acentuada, infringindo o contrato de trabalho, razão pela qual foi advertido por escrito e suspenso do trabalho por 3 vezes seguidas, em face de reiteradas faltas ao trabalho, sem qualquer justificativa.

Pode o empregador, em virtude desse cometimento de faltas, demitir o empregado faltoso?

Que providências deve tomar?

Fundamentar em qualquer hipótese.

3. A empresa de construção civil, Carlos Porto S/C Ltda. demitiu, sem justo motivo, por escrito o seu empregado de nome José Palha, explicitando que o aviso prévio deve ser cumprido trabalhando, fazendo jus o empregado, a horário reduzido, duas horas por dia, sempre de segunda a sexta feira.

Contudo, na metade do aviso prévio, a empresa entendeu de reconsiderar essa demissão antes do seu termo, o fazendo por escrito.

Indaga-se: o empregado, mesmo dentro do período de pré-aviso é obrigado a aceitar essa reconsideração?

Fundamentar, qualquer que seja a resposta.

4. Ao Recurso Ordinário interposto pela empresa de Construção de Navios Correia Ltda., foi dado provimento pela Turma do Tribunal Regional do Trabalho, não tendo esta se manifestado a respeito da verba honorária deferida pela Vara do Trabalho, e motivo de impugnação no referido Recurso Ordinário, na sua interposição.

Antes de intentar o competente Recurso de Revista para o Tribunal Superior do Trabalho, deve a empresa de Construção de Navios Ltda. fazer, perante o Tribunal Regional do Trabalho, algum requerimento ao relator do processo?

Fundamentar, qualquer que seja a resposta.

5. A 13ª Vara do Trabalho da Comarca de Pavuna, apreciando Reclamação Trabalhista, versando sobre horas extraordinárias prestadas com habitualidade, durante 4 anos, deu pela procedência do pedido, sem, contudo, determinar o acréscimo de lei e o repouso semanal remunerado.

Essa sentença está correta?

Que providências deve o advogado do Reclamante tomar?

Fundamentar.

6. A transação celebrada em Juízo, dando quitação geral das verbas do extinto contrato de trabalho, sem qualquer ressalva, possui força de coisa julgada em toda sua plenitude, obstando a propositura de outras ações, para a obtenção de verbas decorrentes do pacto laboral findo.

Em que hipótese é possível desconstituir essa transação?

Fundamentar.

Direito Comercial

1. O Município de Alegre pretende saber se pode protestar a Certidão da Dívida Ativa, indagando, ainda, sobre a possibilidade de o Fisco pedir a falência de seus contribuintes.

Elabore um parecer, respondendo justificadamente à consulta.

Advogado: TRAJANO DE MIRANDA VALVERDE

OAB 1.000

End: Ed. do FORUM do Rio de Janeiro

Responda as questões seguintes no máximo em 15 (quinze) linhas.

2. Felipe Fraga consulta seu advogado sobre o significado da expressão "termo legal" na falência.

Responda, justificadamente.

3. Carlos Carvalho pretende adquirir debêntures de uma companhia aberta. Para tal, indaga sobre as garantias que esses títulos oferecem ao debenturista.

Responda, fundamentadamente.

4. Márcia Almeida é herdeira da mãe, Heloísa Almeida, que tinha 80% das quotas da Transglobo Promoções LTDA. Com o falecimento de sua mãe, Márcia pretende saber como é feita a avaliação dessas quotas.

Responda, justificadamente.

5. Paulo Baldim recebeu um cheque da Cia Mogiana de Soja pela venda de um automóvel. No dia seguinte, Paulo lê nos jornais que a emitente do cheque impetrara concordata preventiva. Imediatamente, Paulo dirige-se ao banco sacado para receber o valor indicado no título de crédito. Você, como advogado da instituição financeira, é indagado pelo gerente se o sacado deve ou não pagar esse cheque.

Responda, justificadamente.

6. Marcos Oliveira, na qualidade de diretor da Cia Santa Carolina, está preocupado com a grave crise financeira da companhia, a qual corre o risco de quebrar. Assim, quer saber quais são as suas responsabilidades, como diretor, no caso de falência da empresa.

Responda, justificadamente.

Direito Tributário

1. José Antonio, contribuinte que ingressou na via administrativa, contra cobrança de tributo que sustentou ser indevido, ficou insatisfeito com a decisão de 10 grau, condenando-o a pagar R\$ 100.000,00 à Fazenda Pública Federal.

Inconformado pretende recorrer, (pois a decisão administrativa está equivocada), mas não dispõe de dinheiro, contudo pretende oferecer como garantia algum bem.

Ocorre que o Contador do Sr. José Antonio lhe disse que "para recorrer é imprescindível depositar, em dinheiro, parte da quantia exigida, consoante determina a Súmula 112 do STJ."

Perante tal cenário José Antonio formula a seguinte consulta: para recorrer ao Conselho de Contribuintes quais são as espécies de garantias que posso oferecer, ao invés de depositar?

Sugestão: elaborar parecer com ementa, introdução, mérito e conclusão, abordando no mérito o direito positivo, a doutrina e a jurisprudência aplicável ao caso.

Advogado: YVES GANDRA DA SILVA MARTINS

OAB 1.000

End.: Ed. do FORUM do Rio de Janeiro

Responda as questões seguintes no máximo em 10 (dez) linhas.

2. A Receita Federal está apertando o cerco contra os sonegadores fiscais, conforme temos acompanhado no noticiário dos jornais.

José Consillum Fraudis, famoso banqueiro, residente na rua Fraudador, 171, no bairro Barra Pesada, no município de Volta Grande, faz a seguinte consulta: doutor, eu posso ser preso se deixar de pagar tributo devido?

Responda indicando, inclusive os fundamentos constitucional e legal.

3. Seu vizinho, Senhor Chatonildo, um cara muito legal, (pois toda vez que te encontra fica fazendo perguntas/consultas), soube que você se formou em Direito.

No dia seguinte ao da sua colação de grau, logo pela manhã, quando você entra no elevador, o referido Senhor diz: sabe que eu estava mesmo querendo falar contigo, pois estou querendo comprar um carro à gasolina, porém não sei se adquiero um nacional ou um importado.

Na verdade eu queria comprar o que tem alíquota do IPVA menor. Aliás, qual é a alíquota do IPVA para os carros nacionais e qual a dos importados?

Responda indicando, inclusive o fundamento legal.

4. Theo, proprietário de vários imóveis, quer transferir um deles para o seu sobrinho Thor.

Porém, quer achar uma maneira que pague menos imposto de transmissão, podendo ser por ato gratuito (doação) ou oneroso (compra e venda).

Então o empresário formula a seguinte consulta: em qual das transmissões pagarei um imposto menor à Fazenda Pública?

Responda indicando o fundamento legal.

5. A Confederação Nacional do Comércio (CNC) encomenda-lhe parecer no sentido da inconstitucionalidade, da Lei Complementar 105/2001, que amplia os poderes da Receita Federal, no sentido de determinar a quebra do sigilo bancário independentemente da autorização judicial.

Qual o fundamento e o dispositivo da Constituição Federal que ampara a referida tese?

6. Marcelo, Tabelião do Cartório de Registro de Imóveis do Município de Niterói, lavrou instrumento translativo de direito sobre imóvel, porém, esqueceu de exigir do adquirente do bem o comprovante do pagamento do imposto de transmissão.

Posteriormente, constatou-se que o tributo era devido, mas não foi pago.

Pergunta-se: qual é a responsabilidade tributária de Marcelo?

Responda indicando o fundamento legal.

Direito Administrativo

1. O Município X, que não integra qualquer região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, solicita-lhe um parecer sobre de quem seja a competência para a exploração do serviço público de distribuição de água e tratamento de esgotos sanitários. Dê o parecer fundamentado.

Advogado: Hery Lopes Meirelles

OAB 1.000

End: Ed. do Fórum do Rio de Janeiro

As questões que seguem, valendo 1 ponto cada, devem ser respondidas objetivamente, com base na legislação aplicável e eventualmente, na jurisprudência, dispensável transcrição de subsídios doutrinários, contidas as respostas no espaço a elas delimitados (10 linhas) no caderno da prova para permitir aferição de domínio por parte do examinado, com precisão e concisão vernaculares do conhecimento do direito aplicável à área.

2. É constitucional a cobrança de contribuição previdenciária sobre proventos de servidores públicos?

3. Enumere dois atos administrativos, ambos realizados no exercício do poder de polícia, sendo o primeiro vinculado e o segundo, discricionário.

4. O que é fomento? Dê um exemplo de tal atividade.

5. Faça a distinção entre excesso de poder e desvio de poder.

6. Qual é a distinção entre concessão da prestação de serviço público e permissão da prestação de serviços públicos.